



Formação docente - um grande desafio

Por: José Almendra
Articulista do IQE
Relações Institucionais

A formação docente (muitas vezes chamada de “formação continuada”) tem figurado como um dos temas relevantes no cenário educacional brasileiro. Termos frequentemente empregados como sinônimos, a formação, a capacitação, o aperfeiçoamento e o treinamento dos professores têm permeado o vocabulário cotidiano da maioria das secretarias de educação estaduais e municipais.

Em nível federal, o próprio Ministério da Educação (MEC) tem empreendido, ao longo dos últimos anos, uma série de programas de aprimoramento do magistério, principalmente no Ensino Básico. Dentre essas inúmeras iniciativas, podemos citar o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a Rede Universidade do Professor e, mais recentemente, o Programa de Residência Pedagógica.

No Brasil, por uma questão histórica, o Ensino Superior caracterizou-se pelo grande prestígio social geralmente vinculado aos egressos dos cursos de graduação e pós-graduação. A docência nos cursos de mestrado e doutorado recebeu constante reconhecimento ao longo da nossa história, em detrimento da valorização do magistério no Ensino Básico. Esse fato ainda impacta sobremaneira a forma como professores são reconhecidos em nosso sistema educacional. Os “Estatutos do Magistério”, que normatizam a evolução da carreira docente no Ensino Fundamental e Ensino Médio, com frequência, associam remuneração à progressão na titulação e ao tempo de serviço. A formação docente poderia desempenhar um papel mais motivador e qualificador, se considerada como um caminho inequívoco para a promoção de técnicas de aprendizagem efetivas em sala de aula, assegurando, aos alunos, o domínio tempestivo das habilidades e competências requeridas à etapa educacional em que se encontram. Agregar essa dinâmica aos respectivos “Estatutos do Magistério”, como já observamos em algumas redes públicas, poderia contribuir para um melhor balanceamento entre titulação, tempo de serviço e os resultados cognitivos (assim como não cognitivos) efetivamente obtidos pelos alunos.

Algumas condições necessárias merecem destaque, imprescindíveis à concretização do cenário delineado no parágrafo anterior, no sentido de se resgatar o prestígio social outrora conferido ao magistério. A combinação profícua entre alguns fatores: a revisão das grades curriculares dos cursos de pedagogia e licenciatura (objetivando um melhor equilíbrio entre teoria e prática, tendo como pano de fundo a Base Nacional Comum Curricular); a fixação de professores em uma escola; a realização amiúde de oficinas de formação continuada em serviço; além de uma progressiva adequação salarial, certamente propiciariam bases mais sólidas para a promoção de um processo de ensino e aprendizagem contemporâneo e consistente nas redes de ensino.

No Piauí, de acordo com os dados do MEC (censo de 2014), o número de docentes com curso superior é maior na rede pública, em relação à rede privada. No entanto, os resultados cognitivos (principalmente em Língua Portuguesa e Matemática), mensurados pela Prova Brasil e pela ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica) evidenciam justamente o contrário, ou seja,

os alunos da rede privada apresentaram proficiências (conhecimentos) maiores em comparação àqueles da rede pública. Certamente as condições socioeconômicas mais favoráveis aos alunos da rede privada impactam os resultados, porém não podemos desconsiderar os “porquês” da relação inversa verificada entre maior qualificação (titulação) dos docentes da rede pública e os resultados conseguidos pelos respectivos alunos, muito aquém do mínimo adequado. Talvez esteja aí uma forte evidência de que formação docente (ou formação continuada) necessite dialogar, em estreita harmonia, com processos efetivos de aprendizagem em sala de aula.

Nos sistemas públicos de ensino em estágio bem mais avançado, notadamente nos países desenvolvidos, as políticas educacionais têm sido desenhadas a partir do universo de atividades em sala de aula. Isso significa elaborar e implantar planos de ação a partir dos processos de ensino e de aprendizagem, estabelecendo metas de acompanhamento, bem como reconhecendo o trabalho realizado. Ao analisar países como Coreia do Sul, Finlândia, Taiwan, e, mais recentemente, Polônia e Vietnã, identificamos uma preocupação permanente das autoridades educacionais em fomentar uma formação docente estruturada, lastreada em um bom planejamento, inserida em um projeto educacional definido e diretamente conectada às necessidades dos educandos.

Os conceitos aqui delineados visam, acima de tudo, trazer à tona alguns pontos de reflexão inerentes a um processo de aperfeiçoamento do magistério. Nesse sentido, o Piauí tem um longo caminho a percorrer. Não existe educação de qualidade sem professores motivados e qualificados em sala de aula. Para termos uma ideia desse desafio, tomemos como exemplo os anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental das redes municipais piauienses. Conforme o último IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), das 723 escolas avaliadas, apenas 14 obtiveram o índice (IDEB = 6,0) adequado. Nas escolas da rede estadual, para a mesma etapa educacional, das 72 escolas avaliadas, apenas cinco conseguiram alcançar o índice mencionado. Mais do que ilhas de excelência, carecemos de arquipélagos com boas escolas, repletos de professores capacitados.